



As dívidas crescem como cogumelos na floresta: pessoas, empresas e governos compraram coisas pelas quais não podiam pagar

A CRISE NA EUROPA E OS REFLEXOS NO BRASIL

Cenário: julho de 1944, Alemanha e Japão praticamente derrotados na II Guerra Mundial. Nos Estados Unidos, em Bretton Woods, New Hampshire, os Aliados reuniram-se para reorganizar o sistema monetário e financeiro internacional. Uma das preocupações de John Maynard Keynes, presidente da conferência, era evitar que a crise de 1929 se repetisse. Propôs a formação de uma Clearing Union, isto é, uma espécie de Câmara de Compensação para os pagamentos internacionais. Operaria com uma moeda (o bankor) independente de qualquer governo, para evitar abusos. Embora complexo, o sistema era engenhoso e, por meio de incentivos e castigos, procurava evitar os deficits crônicos de um lado – que resultavam em dívidas impagáveis – e os superávits perpétuos de outro, que conduziam inevitavelmente ao desequilíbrio e à crise.

Os americanos não aceitaram a proposta e impuseram o dólar como meio de pagamento internacional. Gozaram das delícias dos ganhos de senhoriagem, mas o endividamento descomunal resultante desaguou no abandono do sistema em 1971. O dólar sofreu forte desvalorização, provocando uma crise em todo o mundo.

Hoje, os deficits crônicos espalham-se e as dívidas crescem como cogumelos na floresta: pessoas, empresas e governos compraram coisas pelas quais não podiam pagar. Quando não honram suas dívidas, as empresas literalmente que-

bram. Às vezes, não convém que desapareçam, e os governos concordam em resgatá-las do inferno. Mas é necessário pactuar com o diabo, aumentando suas já pesadas dívidas. Esse poder de salvamento, no entanto, tem um limite. Uma vez ultrapassado, coloca-se o dilema: quem salva um governo atolado em dívidas e com deficits crescentes? A área do euro é a mais duramente atingida. Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália ou já beijaram a lona ou ainda cambaleiam. França e Alemanha, ainda de pé, impõem novas regras de austeridade para evitar que a pororoca se transforme em *tsunami*. A terapia é conhecida: corte nas despesas, queda dos investimentos, aumento do desemprego e dos impostos. Mas essas medidas são recessivas. Agravam a crise fiscal, e a recessão pode durar mais tempo do que o necessário. As condições sociais e políticas deterioram-se.

O ranger de dentes pode transformar protestos em revoltas populares. Na Europa, dois subprodutos nefastos ganham força: xenofobia (os poucos empregos devem ser para os nacionais) e regimes políticos pouco inclinados às consultas populares, isto é, autoritários, para segurar o carneiro quando a tosquia ultrapassa a pele e chega até os ossos.

Os reflexos no Brasil já se fazem sentir: aumento da inadimplência, queda nos investimentos e um crescimento em 2011 inferior a 3%. Em 2012, o PIB pode ser ainda menor, tornando evidente que a expansão de 7,5% em 2010 não era sustentável. ■



PAULO SANDRONI,
FGV-EAESP,
paulo.sandroni@fgv.br